ISSN: 1519-7816 vol. 15 nº 1 jan/jun.2013 páginas: 121– 142

INCLUSÃO OU EXCLUSÃO: UMA ANÁLISE SOBRE O ACESSO DAS CLASSES C, D E E À UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

Daniel de Freitas Nunes[1]
danielfreitas@uft.edu.br

Juliana Ricarte Ferraro[2]
juferraro@uft.edu.br

Resumo

Números expostos em relatórios oficiais, internos e externos, têm indicado um acesso massivo de estudantes oriundos de setores sociais mais desfavorecidos – classes C, D e E, mais exatamente – à Universidade Federal do Tocantins. Visando estudar este fenômeno, o presente trabalho propôs analisar as condições em que se dá esse acesso, por meio de um instrumental metodológico que englobou dados relativos à oferta e à demanda, assim como as características socioeconômicas desses estudantes e suas famílias. Discute-se, a partir desses dados, que esse acesso massivo de estudantes oriundos de estratos sociais desfavorecidos ocorre principalmente em função de fatores como baixa concorrência e pouco prestígio social dos cursos. Discute-se ainda que, do ponto de vista socioeconômico, o acesso a essa instituição continua segregacionista e seletivo.

Palavras-chave: Educação superior. Acesso democrático. Classes populares.

INCLUSION OR EXCLUSION: AN ANALYSIS ABOUT THE ACCESS OF THE CLASSES C, D AND E TO THE FEDERAL UNIVERSITY OF TOCANTINS

Abstract

The numbers exposed by internal and external official reports has indicated a massive access of students derived of disadvantaged social sectors – classes C, D and E, more exactly – to Federal University of Tocantins (UFT). The present paper proposes an analysis of the conditions of this access across a methodological instrument that incorporate numbers relative to the offer and demand and socioeconomic characteristics of these students and their families. Based on these data, are discussed that this massive access of students from disadvantaged social stratum occur mainly due to factors like lower demand and reduced

[1] Graduado em História, Universidade Federal do Tocantins (UFT) ;Mestrando em Educação pela Universidade de Brasília (UnB).
[2] Professora Msc. do Curso de Licenciatura em História, Universidade Federal do Tocantins (UFT).

ISSN: 1519-7816 vol. 15 nº 1 jan/jun.2013 páginas: 121– 142

reputation of the career. It's also debated that to the socioeconomic point of view, the access to this institution remains selective and segregationist.

Keywords: higher education. Democratic access. Popular classes.

INTRODUÇÃO

O acesso democrático ao ensino superior, em especial o ensino público, tem sido algo intensamente discutido na ultima década. Estudos como os de Pacheco & Ristoff (2004), Zago (2006), Finatti et al (2006), Marcon (2008) e Oliveira et al (2008) têm discutido a partir de diferentes perspectivas temporais, geográficas e econômicas esse tema.

Concomitante a essas discussões surgem indicadores sociais e econômicos, que indicam certa ascensão das camadas mais pobres da população – a chamada "nova classe média" – expressos em estudos produzidos por instituições especializadas como a Fundação Getúlio Vargas (NERI et al., 2010).

Resultados de estudos desse gênero acabam sendo incorporados a discursos oficiais acerca do aumento do poder de consumo dessa camada da população proporcionado por incentivos governamentais, como a redução temporária de impostos, ou financiamento com juros menores via bancos estatais, têm perpassado a ideia de que as camadas mais baixas da população brasileira tem tido significativa ascensão econômico-social.

No que tange à educação superior, os discursos oficiais acerca do Programa Universidade para Todos (PROUNI)**,** que financia bolsas de estudos para estudantes de origem popular em universidades particulares, e do Programa de Reestruturação Universitária (REUNI), que aumentou numericamente as vagas nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), têm defendido a ideia de que por meio de esforços estatais de um governo intitulado popular, houve nos últimos anos significativa democratização no acesso ao ensino superior.

ISSN: 1519-7816 vol. 15 nº 1 jan/jun.2013 páginas: 121– 142

Direcionando o olhar para a educação superior pública, observa-se que documentos estatísticos produzidos acerca da realidade socioeconômica dos estudantes das IFES brasileiras, como os dados do questionário socioeconômico do Exame Nacional de Desempenho (ENADE), e os números do senso da educação superior, se comparados progressivamente, corroboram parcialmente o discurso oficial, levando-nos a considerar indubitavelmente que de fato houve aumento significativo no número de vagas e que as camadas populares têm adentrado progressivamente em maior número nas IFES na última década.

Um dos mais recentes relatórios (FONAPRACE, 2011) encomendado pela Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) que mapeou a vida econômica, social e cultural dos estudantes da IFES brasileiras, pontua que podemos considerar como mito a ideia de que os estudantes das instituições federais são em sua maioria os mais ricos. De acordo com esse documento, 44% dos estudantes dessas instituições são oriundos dos extratos “C, D e E” da população, advindos de famílias que recebem até três salários mínimos.

Diferentemente do que os números oficiais levam a crer, estudos que analisam o acesso de classes populares às universidades públicas chegam ao outras conclusões. Zago (2006) ao analisar o acesso de estudantes de camadas populares à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) identifica que o acesso a essa instituição por estudantes oriundos de setores sociais marginalizados é numericamente limitado, evidenciando que o acesso desses estudantes àquela universidade se dá majoritariamente em cursos de menor concorrência e baixo prestígio social, sendo os casos adversos tratados como exceção.

Adachi (2009) ao estudar o perfil dos evadidos da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), discute que jovens de baixo capital econômico e cultural majoritariamente escolhem cursos de menor concorrência e consequentemente de menor prestígio social. Segundo essa autora, a condição socioeconômica do aluno exerce influência direta quanto ao lugar a ser ocupado por esse estudante dentro da universidade.

ISSN: 1519-7816 vol. 15 nº 1 jan/jun.2013 páginas: 121– 142

Embora admitam que de fato haja presença dos extratos mais pobres da população dentro das IFES, sendo isso fácil de comprovar estatisticamente, todos os estudos analisados, e apesar das peculiaridades inerentes a cada um, pontuam que a acesso dessa camada da população se dá de forma marginal e específica, desconstruindo a ideia de democracia no acesso.

Tendo como modelo a Universidade Federal do Tocantins (UFT), e trazendo a discussão sobre a presença dessa camada da população nas IFES para um contexto regional e local, a pode-se considerar inicialmente que o cenário não difere. Se em uma perspectiva nacional os setores populares estão socialmente representados nas IFES, no que tange a UFT os dados são ainda mais expressivos.

Nesse sentido, os números da própria universidade contidos no Relatório de Avaliação Interna (UFT, 2011) indicam que o quantitativo de estudantes oriundos desses extratos matriculados na instituição chega aos 60%. Já segundo o relatório da ANDIFES, os estudantes desses extratos presentes na UFT chegam aos 70%, acima da média regional que é de 69%. Essa presença numericamente massiva de estudantes oriundos desses extratos sociais na UFT é o ponto de partida da presente pesquisa.

Situando novamente essa discussão a âmbito regional e dada às peculiaridades econômico-sociais da região norte, estudos que propõem analisar tal problemática são escassos, senão inexistentes. Sendo ainda mais específico, no que tange a UFT, o que se tem produzido acerca dessa questão, resume-se a índices gerais confinados à Comissão Permanente de Seleção (COPESE), que organiza o exame vestibular da instituição, e que ainda não foram analisados sistematicamente.

Diante da escassez de estudos em âmbito regional, e a inexistência em âmbito local, e dada a complexidade dessa questão que impõe-se enquanto fenômeno, já que os números colocam a UFT em um cenário atípico ao das outras IFES em que estudos semelhantes ao proposto foram realizados, o presente artigo propôs analisar o perfil dos ingressantes da UFT nos anos de 2009 a 2011, objetivando investigar até que ponto, no caso especifico da UFT, as características

ISSN: 1519-7816 vol. 15 nº 1 jan/jun.2013 páginas: 121– 142

socioeconômicas dos ingressantes se constituem enquanto fator exponencial de seleção social na hora da escolha do curso e o posterior ingresso na Universidade.

METODOLOGIA

Partindo desses objetivos, e tendo em vista o fato dos estudos analisados embora apresentarem resultados semelhantes, não partirem de um método comum, esboçamos uma metodologia que no nosso ponto de vista melhor pudesse abranger os diferentes perfis de estudantes que compõem a UFT.

Nesse sentido, com intuito de delimitar quantitativamente, mas ao mesmo tempo abranger diferentes perfis, no universo de alunos a serem analisados e assim esboçar considerações mais precisas, o presente trabalho propôs englobar quatro grandes áreas de concentração que lotam cursos oferecidos na maioria dos *campi* da instituição. Deste modo, da área de Ciências Humanas selecionou o curso de História[3] (Licenciatura) na área de Letras Linguística e Artes selecionou-se o curso de Letras (Licenciatura), na área de Ciências da Saúde o curso de Medicina e por fim na área de Engenharias o curso de Engenharia Civil.

Partindo do que postula Adachi (2009) sobre o vínculo evidente por ela observado entre estudantes de baixo capital econômico e cultural e cursos de baixo prestígio social, foram priorizados dois cursos de bacharelado altamente prestigiados, e dois cursos de licenciatura, que sabidamente dispõem de pouco prestigio social.

Dessa maneira, o presente trabalho partiu do *lócus* comparativo – Licenciatura/Bacharelado, priorizando a análise de dados referentes à demanda geral, e específica (cursos selecionados) e às características socioeconômicas durante o intervalo de tempo proposto. Deste modo, analisou-se comparativamente os dados relacionados aos ingressantes nos exames vestibulares de 2009/1, 2010/1

[3] Pelo fato da instituição oferecer o curso de História e Letras em dois *campi* da Instituição, o da cidade de Araguaína e de Porto Nacional, optou-se por analisar o perfil dos ingressantes dos cursos oferecidos no *campus* de Porto Nacional.

ISSN: 1519-7816 vol. 15 nº 1 jan/jun.2013 páginas: 121– 142

e 2011/1[4], dialogando com estudos semelhantes realizados em diferentes regiões e instituições do país.

Nesse sentido, optamos por trabalharmos em termos de classes econômicas, visando apresentar os resultados de forma mais didática e compreensível. Deste modo, os dados à respeito da condição econômica das famílias dos estudantes analisados foram sistematizados de acordo com o Critério de Classificação Econômica Brasil (CCEB) da Associação das Empresas Brasileiras de Pesquisa (ABEP).

RESULTADOS INICIAIS

Visando alcançar o objetivo aqui proposto, analisou-se inicialmente os números referentes a oferta e demanda nos últimos vestibulares da UFT, dividindo-se os cursos a partir do modelo comparativo proposto (Licenciatura/Bacharelado). Deste modo, chegou-se aos resultados explicitados na figura 1.

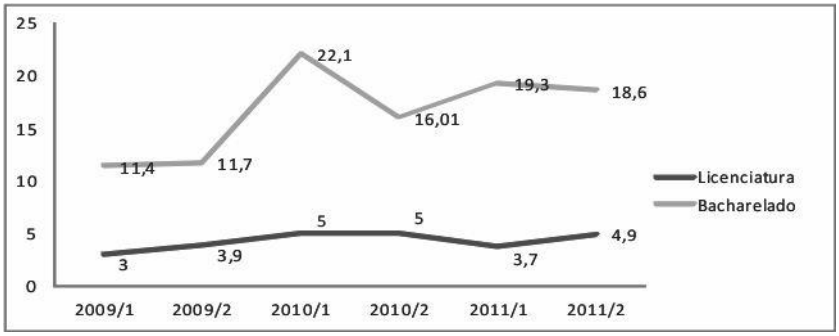


Figura 1: Concorrência média nos últimos vestibulares da UFT
Fonte: COPESE-UFT

O que se pôde considerar a partir dos dados ilustrados na figura 1, é que há uma distorção considerável na procura pelos cursos de Licenciatura e Bacharelado.

[4] No que concerne ao curso de Engenharia Civil, pelo fato do mesmo ter iniciado sua primeira turma apenas no segundo semestre de 2009/2, os semestres analisados desse curso foram: 2009/2, 2010/2 e 2011/2. Nesse sentido, para efeito, todos nos gráficos a seguir, os dados do curso de engenharia civil referem-se a esses semestres.

ISSN: 1519-7816 vol. 15 nº 1 jan/jun.2013 páginas: 121– 142

Para ser mais exato, as Licenciaturas, em média, não tem alcançado mais do que um quarto dos proponentes aos cursos de Bacharelado.

Partindo-se das distorções representadas no gráfico, os números sugeriram, inicialmente, a hipótese de que a baixa concorrência aos cursos de licenciatura pode estar oferecendo maior possibilidade de acesso a estudantes de estratos sociais desfavorecidos, como identificado em vários estudos que analisaram esta mesma problemática. Nesse sentido, pôde-se pontuar também, a partir de autores que se dedicam ao assunto, que os fatores relacionados à baixa procura pelas licenciaturas são largamente abrangentes e, nesse caso, podem também ser aplicáveis à UFT.

Gomes (1998), ao analisar o caso específico da Universidade Estadual Paulista (UNESP), pontua que a opção pelo magistério nem sempre está ligada a uma questão de vocação e que a decisão pela licenciatura, frequentemente, é condicionada pelas limitações socioeconômicas do candidato, sendo a escolha por essa modalidade de ensino, muitas vezes, a única possibilidade de se prosseguir nos estudos, ou de acessar o ensino superior.

Zago (2006), por sua vez, afirma que a escolha por esses cursos está diretamente ligada às reais condições que o proponente julga ter de conseguir uma vaga na hora do vestibular. Para esta autora:

> O ensino superior representa para esses estudantes um investimento para ampliar suas chances no mercado de trabalho cada vez mais competitivo, mas, ao avaliar suas condições objetivas, a escolha do curso geralmente recai naqueles menos concorridos e que, segundo estimam, proporcionam maiores chances de aprovação. (ZAGO, 2006, p. 231)

Dessa maneira, embora tenhamos observado certa distorção entre a procura pelos cursos de Bacharelado e Licenciatura, entendemos que a apresentação dos presentes resultados seria incompleta se não fizesse uma discussão em relação à oferta. Deste modo, analisou-se também o quantitativo de vagas ofertadas por essas duas modalidades de ensino pela instituição, como ilustrado na figura 2.

ISSN: 1519-7816 vol. 15 nº 1 jan/jun.2013 páginas: 121– 142

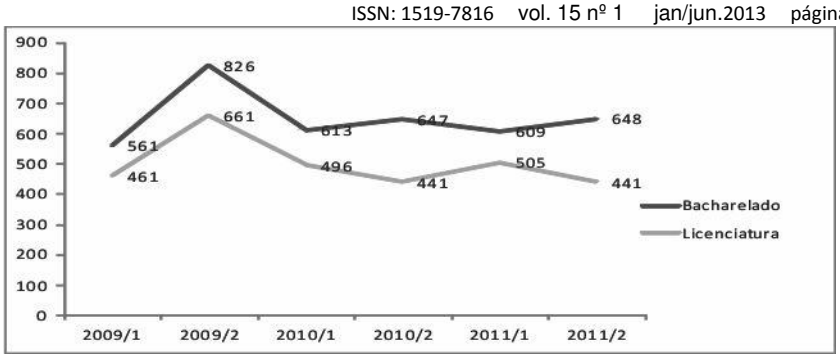


Figura 2: Variação no número de vagas ofertadas nos últimos vestibulares da UFT
Fonte: COPESE-UFT

Como evidenciado pela figura 2, os cursos de Bacharelado ofertaram no período analisado um número maior de vagas, traduzindo em percentuais, isso representa cerca de 55[5] a 60% das vagas durante esse período, sendo ainda que há de se pontuar que, inicialmente, tal concentração na oferta de vagas para os cursos de bacharelado pode justificar-se por uma demanda igualmente superior, o que se pode constatar pela analise dos números dos candidatos que se apresentam para ingresso na UFT.

Contudo, ao se comparar os dados de oferta e demanda pôde-se observar que há uma distorção entre procura e oferta que vai além do quantitativo de vagas oferecidas. Embora no vestibular de 2009/1 as licenciaturas tenham sido responsáveis pela oferta aproximada de 45% das vagas, o percentual de proponentes a esses cursos em relação ao total geral de inscritos foi apenas de 18%. O que se concluiu ao comparar tais dados é que a baixa procura por essa modalidade vem se afirmando enquanto tendência.

No vestibular de 2010/1 embora o quantitativo de vagas ofertadas tenha sido o mesmo, o percentual de proponentes em relação ao total geral de inscritos foi apenas de 15%. Já no vestibular de 2011/1 esse número foi menor ainda, girando em torno dos 14%. Comparativamente, enquanto a licenciaturas ofertaram em média, durante esse período, 43% das vagas, abrangeram apenas 17% do total

[5] A variação no número de vagas ofertadas no sistema universal se dá por uma série de fatores, como a reserva de 5% para cotas indígenas, por exemplo. Um desses fatores também está ligado ao de a instituição ter adotado no em 2009 o Sistema de Seleção Unificado (SISU) do Ministério da Educação.

ISSN: 1519-7816 vol. 15 nº 1 jan/jun.2013 páginas: 121– 142

geral de candidatos, não alcançando, portanto, um percentual de proponentes equivalente ao percentual de vagas ofertadas.

DISCUSSÃO

Fatores socioeconômicos e condicionamento do acesso

Apesar das disparidades inicialmente evidenciadas a partir dos primeiros números apresentados, priorizou-se também confrontar os resultados obtidos com o perfil socioeconômico dos estudantes dos cursos analisados.

Nesse sentido, o que se pôde pontuar, é que ao se comparar a origem socioeconômica dos ingressantes dos cursos analisados, embora estejam dentro do mesmo universo, e embora tenham acessado pelo mesmo mecanismo, o exame vestibular, os perfis diferem paradoxalmente.

Dessa maneira, se em uma perspectiva geral a distorção entre oferta e demanda dos cursos de Licenciaturas e Bacharelados se evidenciaram acentuadas, quando analisamos comparativamente os dados individuais dos cursos selecionados essas disparidades só aumentaram, como podemos identificar na figura 3.

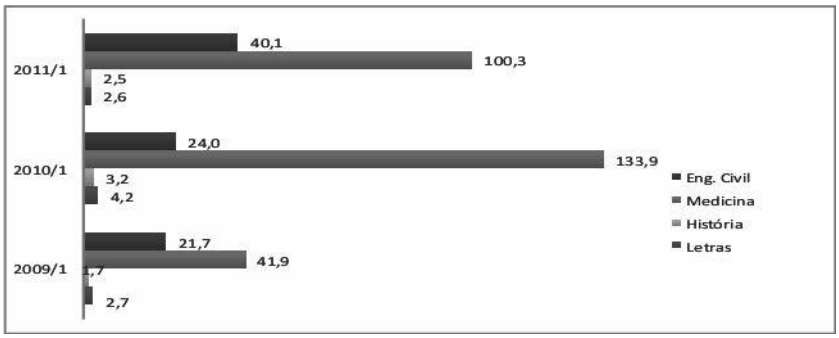


Figura 3: Concorrência específica dos cursos analisados.
Fonte: COPESE-UFT

Como ilustrado na figura 3, a demanda pelos cursos de licenciaturas analisados se comparada a dos cursos de bacharelado é irrisória. Traduzindo em números, no vestibular de 2009/1 a concorrência do curso de medicina, se comparada a do curso de História, foi vinte e cinco vezes maior, sendo essa distorção tendencial como ilustra a figura. Deste modo, pode-se pontuar que se em

ISSN: 1519-7816 vol. 15 nº 1 jan/jun.2013 páginas: 121– 142

uma perspectiva geral, já que os primeiros números apresentados referem-se a média, é possível observar acentuadas distorções, analisados os casos separadamente, essas distorções aumentam consideravelmente.

Pode-se considerar, a partir dos resultados, que também na UFT a maior ou menor demanda pelo curso está intimamente ligada ao prestígio social por este demandado. Enquanto cursos que oferecem bem remuneradas carreiras como os cursos de Medicina e Engenharia Civil, desfrutam de uma progressiva concorrência por uma vaga em termos gerais, cursos de baixo prestígio social e que oferecem carreiras mal remuneradas como as licenciaturas, exemplificadas pelos cursos de História e Letras, apresentam reduzida e decrescente procura.

Tal correlação torna-se mais evidente e explicável quando analisados os valores pagos a esses profissionais. De acordo com resultados de um detalhado estudo realizado pela Fundação Getúlio Vargas (NERI et al., 2007), o salário médio de um médico girava em torno de R$ 7.029 e o de um engenheiro civil de R$ 4.229. Tendo em vista que esses números foram apresentados em 2007, e aplicando-se as taxas de correção de mercado, pode-se considerar que esses valores são ainda maiores nos dias atuais.

Comparando esses números, mesmo sem corrigi-los, com o piso nacional do magistério, que atualmente é de R$ 1.451, fica evidente a diferença abissal entre os salários pagos a esses profissionais. Nesse sentido, mesmo sem analisar outros fatores, o que observamos no presente estudo foi que o salário é um dos mais importantes expoentes no que diz respeito ao prestígio social da profissão, tendo a demanda pelo curso, estreita relação com o preço médio do salário pago a cada profissional: quanto mais bem remunerada é a carreira, mais concorrido é o curso.

Deste modo, visando chegar a origem socioeconômica dos estudantes desses cursos, priorizou-se também a análise de dados relacionados à renda familiar dos mesmos a partir de uma perspectiva geral, ou seja, os números apresentados foram calculados visando apresentar uma média aproximada.

ISSN: 1519-7816 vol. 15 nº 1 jan/jun.2013 páginas: 121– 142

Dessa maneira, na figura[6] 4 expomos uma impressão geral dos perfis dos ingressantes nos cursos analisados, de acordo com o instrumento proposto, o Critério de Classificação Econômica Brasil. Este indicador tem por função estimar o poder de compra das famílias, sem pretensão de classificar a população em termos de "classes sociais", optando por defini-las segundo classes econômicas. Utiliza-se, em sua classificação, de um sistema de pontos atribuídos segundo a quantidade possuída de diversos itens – televisão a cores, rádio, banheiro, automóvel, empregado doméstico, máquina de lavar, videocassete, geladeira e freezer –, considerando também, na pontuação, o grau de instrução do chefe da família. A partir de tais parâmetros, estabelece-se a pontuação indicativa da classificação da renda familiar, estando fixados os seguintes limites: B1(de 29 a 34 pontos – 11 salários mínimos); B2(de 23 a 28 pontos – 6 salários mínimos); C1(de 18 a 22 pontos – 3 salários mínimos e meio); C2(de 14 a 17 pontos – 2 salários mínimos); D(de 8 a 13 pontos – 1 salário mínimo e meio); e E (de 0 a 7 pontos – 1 salário mínimo). Assim, os números registrados no interior da figura 4 – por exemplo 25,3, 27,7 e 27,4 na linha correspondente ao curso de Medicina – indicam os pontos médios alcançados pelas famílias dos concorrentes, apurados de acordo com o critério de classificação aqui utilizado.

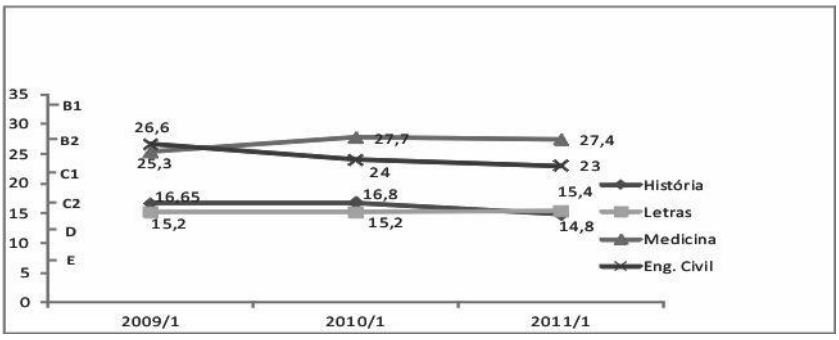


Figura 4: Classificação econômica de acordo com o CCEB

Fonte: COPESE-UFT

Numa perspectiva geral, já que os primeiros dados apresentados nas figuras 1 e 2 referem-se à toda UFT, e específica, já que os números explicitados nas

[6] Para melhor otimizar a apresentação dos dados, optou-se por trabalhar com os dados socioeconômicos dos ingressantes apenas dos semestres de 2009/1, 2010/1 e 2011/1.

ISSN: 1519-7816 vol. 15 nº 1 jan/jun.2013 páginas: 121– 142

figuras 3 e 4 fazem referência aos quatro cursos analisados, pode-se considerar que as distorções em relação à demanda se repetem no que diz respeito ao perfil socioeconômico dos ingressantes, tendo a concorrência estreita relação com a seletividade social do curso: cursos de maior prestígio, como Medicina e Engenharia, são majoritariamente disputados dos indivíduos oriundos das classes mais abastadas, enquanto que aqueles de prestígio mais reduzido – História e Letras – apresentam um número maior de pleiteantes oriundos de camadas menos favorecidas. Se comparados com a figura 3, esses números são ainda mais reveladores.

No caso o curso de Medicina, no vestibular de 2009/1 a concorrência foi de 41,9 candidatos por vaga. Naquele ano, o perfil dos ingressantes, em média, situavam-se no extrato B2, oriundos, portanto, de acordo com o instrumento aplicado, de famílias com renda média familiar de cinco salários mínimos. Já no vestibular de 2010/1, ano em que a concorrência mais que triplicou em relação à 2009/1, o perfil socioeconômico dos estudantes de acordo com o critério aumentou quantitativamente, chegando bem próximo do extrato B1, com renda média de dez salários mínimos.

Traduzindo em percentuais, enquanto a concorrência aumentou 320%, a pontuação média dos estudantes analisados, subiu 9%. Já se compararmos com os números de 2011/1 onde a concorrência caiu 25% em relação à 2010/1, a pontuação socioeconômica também caiu 1%.

O que pode-se considerar, é que ao fazermos tal comparação evidencia-se, com certas variações, que o aumento quantitativo do perfil socioeconômico do estudante estabelece certa relação com a concorrência, sendo essa tendência observada com maior ou menor variação também no que diz respeito aos cursos de licenciaturas.

No que diz respeito ao curso de História, no vestibular de 2010/1 a concorrência aumentou 64% em relação à 2009/1, acompanhando a tendência esboçada pelo curso de Medicina, a pontuação do perfil socioeconômico dos ingressantes daquele ano aumentou em 1%. Já no vestibular de 2011/1, ano que a concorrência para esse curso caiu 60% em relação ao vestibular anterior, a

ISSN: 1519-7816 vol. 15 nº 1 jan/jun.2013 páginas: 121– 142

pontuação média do perfil socioeconômico dos ingressantes daquele ano também caiu 8%. O curso de letras, embora apresente uma menor variação também acompanha essa tendência.

Indicadores de diferenciação socioeconômica

Visando melhor expor os resultados até agora apresentados, e seguindo a metodologia proposta, priorizamos por analisar dados referentes a situação familiar do ingressantes em busca de índices que melhor possam traduzir a diferenciação socioeconômica até agora identificada entre os perfis dos estudantes dos diferentes cursos analisados.

Deste modo, o primeiro indicador analisado, já que estamos falando de educação, foi o nível de escolaridade dos pais. Nos cursos de Medicina e Engenharia Civil, por exemplo, o nível de escolaridade do chefe de família parece estabelecer intima relação com o perfil do ingressante. Nesse sentido, em média, 41% dos pais dos aspirantes a engenheiros e 50% dos pais dos aspirantes a médico possuem ensino superior, o que se traduz em uma maior renda familiar, sendo a escolaridade, de acordo com o instrumento aplicado (CCEB) um dos importantes vetores no cômputo da renda familiar, que corresponde num universo de dez itens avaliados, a mais de 20% da pontuação.

Paradoxalmente, nos cursos de menor prestígio social, a situação é inversa, pois quase metade dos pais possui ensino fundamental incompleto, alcançando a casa dos 47% no curso de História e 48% no curso de Letras. Chama atenção também a presença de índices de analfabetismo entre os pais dos alunos desses dois cursos – algo que inexiste no caso do curso de Medicina e Engenharia – que chega a atingir em média, no período analisado, 10% dos pais dos estudantes de letras e 17% dos pais dos estudantes de história.

O peso da escolaridade do chefe de família sob a renda familiar tornou-se mais evidente quando analisamos a atividade econômica empreendida pelos pais dos ingressantes. Enquanto nos cursos de maior prestígio social em média 46% dos pais exercem profissões liberais de nível superior, que oferecem melhor

ISSN: 1519-7816 vol. 15 nº 1 jan/jun.2013 páginas: 121– 142

remuneração, no caso das licenciaturas em média 50% dos pais exercem funções não qualificadas. Essa diferenciação paradoxal se afirma enquanto tendência quando analisados separadamente os dados.

Índice que se apresentou também como vetor de diferenciação socioeconômica é a atividade econômica exercida pela mãe. Enquanto nos cursos de bacharelado analisados uma parcela considerável das mães (32% em média) são economicamente ativas e possuem trabalho qualificado, exercendo profissões liberais, nos cursos de licenciatura mais da metade das mães (51%) são economicamente inativas, exercendo a função de dona de casa, o que indica um apertado orçamento doméstico, já que só o pai trabalha.

Esses primeiros dados acerca da escolaridade e da respectiva atividade profissional exercida ou não pelos pais e mães constituíram-se enquanto denominador comum de diferenciação socioeconômica, como ilustrado anteriormente. Quanto menor a escolaridade dos pais mais economicamente subalterna é a atividade profissional por ele ocupada que se traduz em uma baixa renda familiar média e em perfis socioeconômicos paradoxalmente diferenciados.

Situação socioeconômica e "profissionalismo" estudantil

A situação econômica familiar mais favorável dos estudantes de cursos de bacharelado, em comparação aos estudantes das licenciaturas, indica um perfil de estudante "profissionalizado" que se dedicou quase que integralmente à conquista das vagas mais concorridas no vestibular e que correspondem às funções mais bem remuneradas no mercado de trabalho.

Tal cenário evidencia-se quando se analisa outros índices ligados à condição socioeconômica da família, como, por exemplo, a possibilidade de frequentar cursinhos preparatórios ou de idiomas. Nos cursos de bacharelado, em média, 72% dos estudantes declararam dominar a leitura do inglês ou do espanhol; desse total, 54% dos alunos do curso de Engenharia Civil e 69% dos alunos de Medicina declaram haver frequentado cursos especiais de línguas estrangeiras. Essa diferenciação no que diz respeito ao acesso a cursos de idiomas, ao que parece,

ISSN: 1519-7816 vol. 15 nº 1 jan/jun.2013 páginas: 121– 142

registra implícita relação com a demanda pelo curso em foco; observa-se que, quanto maior a concorrência pela vaga desejada e mais bem remunerada a profissão em meta, mais "profissionalizado" é o estudante.

A profissionalização do estudante fica ainda mais evidenciada quando se comparam os números relativos à concorrência aos diversos cursos com as declarações dos próprios alunos em relação à sua formação anterior. Nesse sentido, 73% dos alunos do curso de Medicina, que apresentou no período analisado uma concorrência três vezes maior do que a do curso de Engenharia Civil (em média, 92 e 28 candidatos, respectivamente) e trinta e sete vezes maior que a do curso de História (em média, 92 e 2,5 candidatos, respectivamente) declararam haver frequentado cursinho pré-vestibular por mais de um ano.

Quando analisados os dados relativos aos ingressantes nas licenciaturas esses percentuais se invertem. A grande maioria dos alunos (78%) declara não haver frequentado nenhum cursinho pré-vestibular e 60% declara não dominar nenhuma língua estrangeira. Tais declarações evidenciam que esses estudantes estão ingressando na universidade sem atender aos pré-requisitos básicos de avaliação estabelecidos pelos exames vestibulares, como, por exemplo, o domínio, mesmo que mínimo, de uma língua estrangeira.

Outro dado merecedor de registro diz respeito ao papel econômico exercido pelo próprio ingressante no seio familiar. Enquanto nos cursos de bacharelado a quase totalidade (86%) declara que nunca trabalhou, sendo que no ato da matricula 90% declara não trabalhar e ser sustentado pela família, nos cursos de licenciatura a quase metade (46%) declara estar exercendo alguma atividade remunerada e, desse universo, 24% declara trabalhar, ser responsável pelo próprio sustento e ainda contribuir parcialmente para o sustento da família.

Por si só, e mesmo sem uma discussão mais aprofundada que aqui não pode ser realizada tendo em vista a dimensão do presente trabalho, esses dados esboçam dois perfis distintos, que refletem a situação socioeconômica e cultural de suas famílias.

Nesse sentido, sobre essa distinção nem sempre visível, Freitas (2009) afirma que a burguesia e os que dela não fazem parte, aos quais juntamente com Souza

ISSN: 1519-7816 vol. 15 nº 1 jan/jun.2013 páginas: 121– 142

(2009) nomeia provocativamente de “ralé”, sempre atribuíram sentidos e significados diferentes à educação. Para a autora, encontram-se na família, as origens desses diferentes valores atribuídos à educação. Enquanto as famílias burguesas atribuem valores subjetivos e objetivos à educação e, em função disto, investem financeiramente na formação de seus membros, como indicam os dados aqui registrados, a "ralé" não tem o mesmo interesse pelo tema, em razão, de maneira geral, de situações familiares desestruturadas, marcadas por problemas sociais que, no dia a dia, acabam por levar pais e filhos a compartilharem, mesmo que de forma não intencional, experiências de vida que nem sempre são favoráveis às exigências escolares.

Condicionamento de acesso e baixa qualidade da educação básica

Essa condição socioeconômica que acaba por instrumentalizar “profissionalmente” o estudante da classe média para alcançar as vagas mais concorridas e carreiras mais bem remuneradas ainda tem outro fator implícito: o tipo de escola em que se estuda. Deste modo, vale registrar que durante o período analisado, 92% dos ingressantes do curso de medicina declaram ter cursado integralmente o ensino médio em escola particular, sendo que no curso de engenharia civil esse percentual fica na casa dos 73%. Já que no tange aos cursos de licenciatura, como se tem evidenciado nos indicadores até agora analisados, esses percentuais se invertem, tendo 82% dos ingressantes do curso de história e 80% dos ingressantes do curso de letras cursado seu ensino médio em escolas públicas da rede estadual de ensino.

Nesse sentido, ao analisarmos separadamente e comparativamente os números e os índices que se têm disponíveis, acerca da qualidade da educação básica do estado, essa supra representação de estudantes de setores populares na UFT esboçada pelos relatórios oficiais apenas torna mais evidente a diferenciação qualitativa que separa a educação básica pública da privada, a educação das camadas populares e a educação das classes mais economicamente privilegiadas. Isso ficou evidente quando analisamos o Índice de Desenvolvimento da Educação

ISSN: 1519-7816 vol. 15 nº 1 jan/jun.2013 páginas: 121– 142

Básica (IDEB) do ensino médio público e privado do estado nos últimos anos, como podemos observar na figura 5[7].

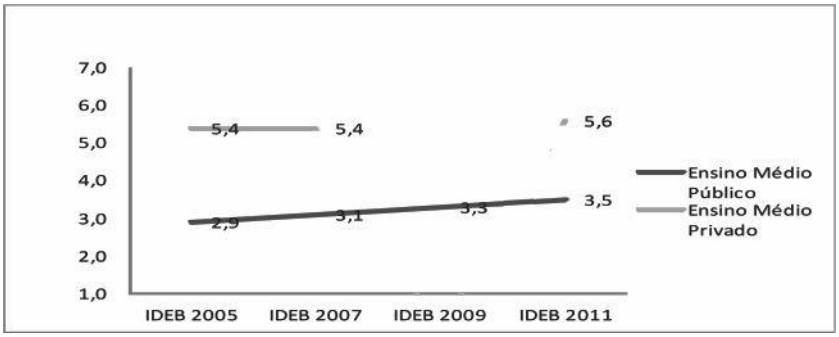


Figura 5: IDEB das escolas públicas e privadas do estado

Fonte: INEP

Como se deduz visualmente a partir da figura 5, o ensino médio público do Estado está, em termos qualitativos, já que esse é o índice que mensura a qualidade da educação básica, consideravelmente inferior ao das escolas privadas. Traduzindo em percentuais, isso quer dizer que no período representado pelo gráfico, a média das escolas privadas foi 42% maior que a das escolas públicas. Tais diferenças não dizem respeito apenas ao índice geral. No ano de 2011, por exemplo, as notas das provas de língua portuguesa e de matemática do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) das escolas privadas foram respectivamente 33% e 19% maior que a das escolas públicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que observamos ao analisar os números disponibilizados tanto pela instituição ou por relatórios internos ou externos, é que há atualmente, tal qual postula Chauí (2003), uma confusão entre o conceito de massificação e democratização da educação superior.

[7] Os dados referentes ao desempenho das escolas privadas referentes ao ano de 2009 não estão disponibilizados no site do INEP.

ISSN: 1519-7816 vol. 15 nº 1 jan/jun.2013 páginas: 121– 142

Nesse sentido, o que se observa a partir dos números é um acesso massivo dos alunos egressos da escola pública e de setores sociais desfavorecidos que alcançam, como foi exposto no decorrer do trabalho, consideráveis percentuais, mas que, contudo, como também aqui exposto, não representa democracia no acesso. O acesso continua a partir do ponto de vista socioeconômico, socialmente segregacionista e altamente seletivo.

Os resultados do presente estudo nada mais são do que uma constatação local de um problema sabidamente nacional e historicamente arraigado no nosso país, a má qualidade da educação básica pública. Como postula Alves (2006), o que se tem quando se fala em indicadores da qualidade de ensino público, são índices quantitativos sendo usados para gerar juízos qualitativos sobre a educação.

Trazendo essa discussão para a educação superior, o que se tem, a partir de uma situação local, o estado do Tocantins, são índices quantitativos, ou seja, o elevado número de alunos de setores sociais desfavorecidos dentro da única universidade federal do estado sendo usados para perpassar a ideia que tais índices representam democracia quanto ao acesso.

O que se observa ainda, a partir de uma perspectiva local, é a divisão social da educação em seus mais diferentes estágios, desde a educação básica a educação superior. Nesse sentido, os resultados do presente trabalho corroboram o que postula Gadotti (1997) no sentido de que a desigualdade da educação é inerente a divisão social do trabalho, sendo inerente também a existência de dois tipos de educação: uma para os ricos e outra para os pobres. Observa-se também que nessa esfera local e regional acontece o que Souza (2009) caracteriza como “endogenia de classe”, ou seja, mesmo que não seja perceptível ao senso comum, as famílias acabam reproduzindo valores morais e sociais de sua própria classe.

ISSN: 1519-7816 vol. 15 nº 1 jan/jun.2013 páginas: 121– 142

Contudo, há de se ponderar, tal qual Zago (2006), que para os estudantes oriundos das classes menos favorecidas, o ingresso na universidade, ainda que em cursos socialmente desvalorizados e sem nenhuma relação com uma possível vocação profissional, representa a possibilidade de inserção no mercado de trabalho com uma melhor qualificação, proporcionada por uma vida escolar mais prolongada, e a obtenção de um salário maior do que aquele que ganhavam seus pais, que em sua maioria nem sequer concluíram o ensino básico, é sem dúvida uma grande vitória.

Nesse sentido, deve se também registrar, como fator negativo, o fato de que a "ascensão" educacional dessas camadas populares no que diz respeito ao acesso à única universidade pública do estado, comprovada pelos índices estatísticos de relatórios internos e externos, acaba por travestir de sucesso o fracasso histórico de toda uma classe, no que diz respeito à escalada educacional e social.

Contudo, dialeticamente, em uma visão positiva e humanista, podemos também acreditar que esse primeiro indivíduo que adentra à universidade, como resultado de seus esforços pessoais e não obstante sua deficiente formação anterior, oriundo que é de uma classe e de uma família que, por força das mais diversas circunstâncias econômicas e sociais ainda não teve a oportunidade de valorizar e transmitir aspectos da vida relacionados ao valor da educação, da cultura e da formação pessoal, possa vir a ser o elo que principia um processo para as tão almejadas e necessárias mudanças, ainda que calcadas em histórias pessoais de superação e não em decisões políticas de maior alcance.

REFERÊNCIAS

ADACHI. A. A. C. T. **Evasão e evadidos nos cursos de graduação da Universidade Federal de Minas Gerais**. 2009. 214f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais. 2009.

ALVES, G. L. **A Formação da Escola Pública Contemporânea**. São Paulo: Autores Associados, 2005.

ISSN: 1519-7816 vol. 15 nº 1 jan/jun.2013 páginas: 121– 142

CHAUÍ, M. A Universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, p. 05-15, Set /Out /Nov /Dez. 2003.

FINATTI, B. E.; ALVES, J. M.; SILVERIA, R. J. **Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes da Universidade Estadual de Londrina** – UEL – indicadores para implantação de uma política de assistência estudantil**.** Libertas, Juiz de Fora, v.6 e 7, n. 1 e 2, p.246 - 264, jan-dez / 2006, jan-dez / 2007.

FONAPRACE, Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assistência Estudantil. **Perfil Socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das universidades federais brasileiras.** Brasília, 2011. (Relatório)

FREITAS, L. A instituição de Fracasso: a educação da ralé. In: SOUZA, J. (org.). **A ralé brasileira:** quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. P. 281-305.

GOMES, A. A. **Evasão e evadidos: o discurso dos alunos sobre evasão escolar nos cursos de licenciatura**. 1998. 175f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas de Marília, São Paulo. 1998.

GADOTTI, M. **História das Ideias Pedagógicas**. São Paulo: Ática, 1997.

MARCON, F. Do ensino ao ensino superior público: distorções sociais e étnico raciais em Sergipe. **Revista Fórum Identidades**, Aracaju, Ano 2, V. 3, p. 19-32 – jan/jun. de 2008.

NERI, M. C. (Coord.). **A Nova Classe Média**: o lado brilhante dos pobres. Rio de Janeiro: FGV/CPS, 2010.

_____. **Você no Mercado de Trabalho**. Rio de Janeiro: FGV/CPS/IBRE, 2007.

OLIVEIRA, J. F; CATANI, A. M; HEY, A. P; AZEVEDO, M. L. N. Democratização do acesso e inclusão na educação superior no Brasil. In: BITTAR, M; OLIVEIRA, J. F.; MOROSINI, M.. (Orgs.). **Educação Superior no Brasil**: 10 anos pós-LDB. 1 ed. Brasília: INEP, 2008, v. 1, p. 71-88.

PACHECO, E.; RISTOFF, D. I. **Educação superior**: democratizando o acesso. Brasília: INEP, 2004. 22p.

PROUNI – Programa Universidade Para Todos. Disponível em:http://siteprouni.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=124&Itemid=140 Acesso em 10 de setembro de 2012.

Questionário Socioeconômico do ENADE – 2008, 2009, 2010 3 2011. Disponíveis em:http://portal.inep.gov.br/questionario-do-estudante acesso em 10 de setembro de 2012.

ISSN: 1519-7816 vol. 15 nº 1 jan/jun.2013 páginas: 121– 142

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Relatório de Avaliação Institucional – UFT 2009-2010**. Universidade Federal do Tocantins – Pró-Reitoria de Avaliação e Planejamento, Palmas, 2011. (Relatório)

O Que é Reuni? Disponível em**:** http://reuni.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=25&Itemid=2 Acesso em 10 de setembro de 2012.

SAEB Prova Brasil. Disponível em: http://sistemasprovabrasil2.inep.gov.br/resultados/ Acesso em 10 de setembro de 2012.

Censo da Educação Superior: Evolução – 1991 a 2007 - da Educação Superior. Disponível em:http://portal.inep.gov.br/web/censo-da-educacao-superior/evolucao-1980-a-2007 Acesso em 10 de setembro de 2012.

SOUZA, J. Senso comum e justificação da desigualdade. In: SOUZA, J. (org.). **A ralé brasileira**: quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

ZAGO, N. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 32, p.226-237,maio/agosto, 2006.